



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

TERMO DE CONTRATO Nº **105**/2020

Processo Administrativo: PMC.2018.00014820-61

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 25/2020

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta, nº 200, Centro, CEP: 13.015-904, Campinas, Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **R & M COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.679.115/0001-40, por seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam firmar o presente instrumento de Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo em epígrafe, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse, sujeitando-se as partes às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de veículos, tipo van, para transporte sanitário de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de Campinas, em conformidade com as especificações e quantidades constantes do Anexo II – Especificação e Quantidade do(s) Item(ns), e nas condições estabelecidas neste instrumento.

SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. O fornecimento, objeto desta contratação, deverá ser executado em conformidade com o estabelecido no Anexo I – Informações Complementares e no Anexo II - Especificação e Quantidade do(s) Item(ns), que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

TERCEIRA – DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

3.1. O contrato vigorará até a entrega total dos veículos previstos no Anexo II – Especificação e Quantidade do(s) Item(ns), sendo estimado o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

recebimento da Nota de Empenho, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, após a assinatura deste instrumento.

QUARTA – DOS PREÇOS

4.1. Pela aquisição objeto deste Contrato, fará jus a Contratada ao recebimento dos preços abaixo discriminados:

Item	Código	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	105616	VEÍCULO TIPO VAN COM CAPACIDADE TOTAL DE NO MÍNIMO 10 PESSOAS; - PREFERENCIALMENTE DE FABRICAÇÃO NACIONAL; - ZERO KM; - COR BRANCA; - DISPOSITIVO DE POLTRONA MÓVEL; - CÂMBIO MANUAL; - TRACÃO 4 X 2; - DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMO DE 3200 MM; - DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; - AIR BAG DUPLO FRONTAL, INSTALADOS NA POSIÇÃO FRONTAL PARA O CONDUTOR E PASSAGEIRO DO ASSENTO DIANTEIRO CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 311 DE 03 DE ABRIL 2009 E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES; - FREIOS ABS CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 380/2011 E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES; - AR CONDICIONADO; - MOTORIZAÇÃO DIESEL; - 04 PORTAS, SENDO 01 LATERAL CORREDIÇA E TRASEIRA COM 02 FOLHAS; - CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS RETRÁTEIS DE 03 PONTOS; - EQUIPADO COM PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 215/65R 16,0"; - POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 CV; - ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NAS RESOLUÇÕES CONTRAN 416/2012 E 445/2013 E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.	PÇ	3	130.200,00	390.600,00
2	105616	VEÍCULO TIPO VAN COM CAPACIDADE TOTAL DE NO MÍNIMO 10 PESSOAS; - PREFERENCIALMENTE DE FABRICAÇÃO NACIONAL; - ZERO KM; - COR BRANCA; - DISPOSITIVO DE POLTRONA MÓVEL; - CÂMBIO MANUAL; - TRACÃO 4 X 2; - DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMO DE 3200 MM; - DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; - AIR BAG DUPLO FRONTAL, INSTALADOS NA POSIÇÃO FRONTAL PARA O CONDUTOR E PASSAGEIRO DO ASSENTO DIANTEIRO CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 311 DE 03 DE ABRIL 2009 E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES; - FREIOS ABS CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 380/2011 E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES; - AR CONDICIONADO; - MOTORIZAÇÃO DIESEL; - 04 PORTAS, SENDO 01 LATERAL CORREDIÇA E TRASEIRA COM 02 FOLHAS; - CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS RETRÁTEIS DE 03 PONTOS; - EQUIPADO COM PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 215/65R 16,0"; - POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 CV; - ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NAS RESOLUÇÕES CONTRAN 416/2012 E 445/2013 E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.	PÇ	1	130.200,00	130.200,00

4

4.2. As partes atribuem a este Contrato, para efeito de direito, o valor global de R\$ 520.800,00 (quinhentos e vinte mil e oitocentos reais)).

4.3. Estão incluídos nos preços todos os custos operacionais de sua atividade e os tributos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas referentes ao presente Contrato foram previamente empenhadas e processadas por conta de verba oriunda de repasse federal, codificadas no orçamento municipal sob os números abaixo transcritos, conforme documento SEI nº 1313123 do processo, sendo permitidas alterações, caso necessárias, e desde que admitidas pela legislação vigente:

- 087000.08750.10.301.1003.1023.4.4.90.52.52 FR 08.301-007

5.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta da verba oriunda do repasse, consignada no respectivo Orçamento-Programa, ficando o Contratante obrigado a apresentar no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços serão fixos e irrealizáveis.

SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. No ato da entrega dos veículos, a Contratada apresentará a Nota Fiscal correspondente à Secretaria Municipal de Saúde, a qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, para aprová-la ou rejeitá-la.

7.1.1. A Nota Fiscal apresentada deverá conter os seguintes dizeres: "Aquisição realizada com recursos governamentais, através do Convênio nº (informar o nº do Convênio ou Portaria a que se refere)".

7.1.1.1. O número do convênio ou portaria que deverá constar no campo da Nota Fiscal será informado ao fornecedor quando do envio da Nota de Empenho.

7.2. A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

7.3. A devolução da Nota Fiscal não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda o fornecimento.

7.4. O Contratante providenciará o pagamento no prazo de 20 (vinte) dias fora a dezena, contados da data do aceite da Nota Fiscal.

OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada obriga-se a:

8.1.1. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Campinas, em cumprimento à vedação do art. 7º do Decreto Municipal nº 17.437/11;

8.1.2. Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes dos produtos até o local de entrega;

8.1.3. Arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado deste edital e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

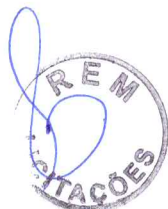
8.1.4. Cumprir as demais condições contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 025/2020 e em seus anexos.

8.1.5. Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE (UNIÃO) e do CONVENIENTE (MUNICÍPIO), bem como dos órgãos integrantes dos sistemas de controle interno e externo, aos seus documentos e registros contábeis, no que concerne à execução dos serviços vinculados a esta contratação.

NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

9.1.1. Fornecer à Contratada a Nota de Empenho, que será expedida pela Secretaria Municipal de Saúde;





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

9.1.2. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários ao fornecimento;

9.1.3. Efetuar os pagamentos devidos.

DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do contrato, a contratada poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com gravidade da falta (Artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02):

10.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a contratada concorrido diretamente.

10.1.2. Multa, nas seguintes situações:

10.1.2.1. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso no fornecimento, até o 5º (quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser aplicada a multa por inexecução e promovida a rescisão unilateral do contrato com o consequente cancelamento da Nota de Empenho.

10.1.2.2. de até 30% (trinta por cento) do valor da inadimplência, em caso de inexecução parcial ou total do fornecimento ou de descumprimento contratual, hipótese em que será efetivada a rescisão unilateral do contrato com o consequente cancelamento da Nota de Empenho.

10.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Campinas, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nas hipóteses de a Contratada ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado ou der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na hipótese de praticar atos fraudulentos na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ou apresentar documento falso.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

10.2. No caso de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de 05 (cinco) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

10.3. As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da empresa Contratada.

10.4. As penalidades previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas nesta Cláusula.

10.5. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.

10.6. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. A inexecução total ou parcial, deste Contrato, enseja sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

11.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada; ou

11.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

11.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

11.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao CONTRATANTE os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO

12.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato, será observado, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Para o recebimento do objeto desta contratação, serão observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 025/2020 e seus anexos.

12.3. O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.

DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 10.024/19, nos Decretos Municipais nº 14.218/03 e 14.356/03, na Lei Complementar nº 123/06, no Decreto Municipal nº 16.187/08, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93, e respectivas alterações.

DÉCIMA QUARTA – DA LICITAÇÃO

14.1. Para a execução do objeto do presente Contrato, foi realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 025/2020, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo PMC.2018.00014820-61.

DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

15.1. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o instrumento convocatório da

4





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

licitação, proposta vencedora e ANEXOS. O presente Contrato vincula-se ao ato homologatório da licitação e à Ata da Sessão Pública (documento nº 2654451) do Processo Administrativo em epígrafe.

DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

16.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto deste Contrato.

DÉCIMA SÉTIMA – DO PESSOAL

17.1. O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução do fornecimento ora avençado não terá relação de emprego com o CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos. No caso de vir o CONTRATANTE a ser acionado judicialmente, a Contratada o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.

DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

18.1. O Contratante, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final do fornecimento.

18.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.

18.3. A ação ou omissão, total ou parcial, dos órgãos fiscalizadores não eximirá a Contratada da total responsabilidade de fornecer os produtos, com toda cautela e boa técnica.

DÉCIMA NONA – DA GARANTIA

19.1. O prazo de garantia dos veículos será de 36 (tinta e seis) meses ou 100.000 (cem mil) quilômetros, o que ocorrer primeiro, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal.

VIGÉSIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

20.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campinas, 19 AGO. 2020

CARMINO ANTONIO DE SOUZA

Secretário Municipal de Saúde

Rodrigo S. M. Carrazedo

RG: 23.208.956-5

CPF: 258.268.628-07

R & M COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI

Representante Legal:

CPF nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO AO TCESP

Processo Administrativo: PMC.2018.00014820-61

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 025/2020

Contratante: Município de Campinas

Contratada: R & M COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI.

Termo de Contrato nº 105/2020

Objeto: Fornecimento de veículos, tipo van, para transporte sanitário de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de Campinas.

ADVOGADO(S)/Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Campinas, 19 AGO. 2020





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

GESTOR (SERVIDOR(A) DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS:

Nome: WAGNER BUZIN NUCCI

Cargo: COORDENADOR SETORIAL

CPF: 01950888-18

RG: 12.137.590-9

Data de Nascimento: 03/11/1962

Endereço residencial: AV. PALESTINA, 7 - BLOCO 5 - APTO 5

E-mail institucional: WAGNER.NUCCI@CAMPINAS.SP.GOV.BR

E-mail pessoal: WBUZIN@GMAIL.COM

Telefone(s): 19-32120903 - 988343922

Assinatura: Wagner Buzin Nucci

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Carmino Antonio de Souza

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

CPF: _____

RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial: _____

E-mail institucional: saude.gabinete@campinas.sp.gov.br

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Rodolfo de S. M. Carrazedo

Cargo: Diretor

CPF: 258.268.628-07

RG: 23.208.956-5

Data de Nascimento: 29/08/1976

Endereço residencial: Av. Presidente Humberto de Mello C. Brant 1449

E-mail institucional: diretoria@remcomercioeservicos.com.co rs961114@gmail.com

E-mail pessoal: rodolfo.carrazedo@gmail.com

Telefone(s): 31569666

Assinatura: Rodolfo S. M. Carrazedo

RG: 23.208.956-5

CPF: 258.268.628-07

Advogado: (*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.